



# LEI Nº 6.881, DE 29 DE JUNHO DE 2006 - Dispõe sobre os serviços notariais e de registro, cria ...

LEI Nº 6.881, DE 29 DE JUNHO DE 2006

*Dispõe sobre os serviços notariais e de registro, cria alguns desses serviços e dá outras providências.*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, através do Tribunal de Justiça do Estado, por ato de seu Presidente.

Parágrafo único. O notário e o oficial de registro, legalmente nomeados até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, bem como os que tenham sido legalmente nomeados até a data do início da vigência desta Lei, detêm a delegação constitucional referida no caput deste artigo.

Art. 2º A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende dos seguinte requisitos:

I - habilitação em concurso público de provas e títulos;

II - nacionalidade brasileira;

III - capacidade civil;

IV - quitação com as obrigações eleitorais e militares;

V - diploma de bacharel em direito;

VI - verificação de conduta condigna para o exercício da profissão.

Art. 3º Os concursos públicos de provas e títulos serão realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

§ 1º Participarão dos concursos públicos, em todas as suas fases:

I - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Pará;

II - um representante do Ministério Público; e

III - um notário e um registrador, indicados pelo órgão de representação da classe.

§ 2º Do edital de abertura do concurso constarão os critérios de desempate.

§ 3º Ao concurso público poderão concorrer candidatos não bacharéis em direito que tenham completado, até a data da primeira publicação do edital do concurso de provas e títulos, dez anos de exercício em serviço notarial ou de registro.

Art. 4º Os titulares de serviços notariais e de registro são os enumerados no art. 5º da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Notários e dos Registradores).

§ 1º As atribuições, responsabilidades, deveres, competências, incompatibilidades e impedimentos dos notários e registradores são os estabelecidos na Lei Federal nº 8.935/94.

§ 2º Além de outros estabelecidos na Lei Federal nº 8.935/94, os notários e oficiais de registro têm o dever de afixar em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, as tabelas de emolumentos em vigor, observar os emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício e dar recibo dos emolumentos percebidos.

Art. 5º A fiscalização judiciária dos atos notariais e registrais e da organização e funcionamento desses serviços será feita, em cada Comarca, pelo Juiz Diretor do Fórum, sem prejuízo da atuação dos Corregedores de Justiça.

Art. 6º Os serviços notariais e de registro funcionarão todos os dias úteis, em local de fácil acesso ao público e que ofereça segurança para o arquivamento de livros e documentos.

§ 1º É vedada a instalação de sucursal, ressalvadas as autorizações concedidas antes da vigência da Lei Federal nº 8.935/94.

§ 2º É facultado o funcionamento dos serviços notariais e de registro aos sábados.



§ 3º Para o serviço de registro civil das pessoas naturais, haverá plantão aos sábados, domingos e feriados.

§ 4º O atendimento ao público será no mínimo, de seis horas diárias.

Art. 7º Compete aos notários e registradores fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que praticar.

§ 1º Na escritura pública será mencionado o pagamento do imposto devido, arquivando-se no serviço notarial cópia do documento comprobatório expedido pela repartição fiscal competente, que acompanhará, também, o traslado da escritura.

§ 2º Em caráter excepcional, verificada a urgência, o imposto de transmissão poderá ser pago e recolhido antes do registro do ato ou contrato no competente serviço de registro de imóveis.

Art. 8º No prazo máximo de seis meses após a vacância ou criação do serviço notarial ou de registro será aberto o procedimento de concurso de provimento ou de remoção.

§ 1º Estando vago o serviço notarial e de registro, será nomeado tabelião ou registrador interino, até o preenchimento da vaga por delegação.

§ 2º A nomeação de tabelião ou registrador interino recairá no substituto que preencha os requisitos para o exercício da delegação e, em sua falta, em pessoa idônea.

§ 3º É de competência do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado a nomeação do tabelião ou registrador interino.

Art. 9º É facultado aos notários e aos oficiais de registro a contratação de escreventes, dentre os quais nomearão seus substitutos e auxiliares.

§ 1º A contratação dar-se-á pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º O número de substitutos, escreventes ou auxiliares será estabelecido a critério de cada notário ou oficial de registro.

§ 3º Um substituto será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

§ 4º Os notários e os oficiais de registro encaminharão, nas Comarcas do Interior, ao Juiz Diretor do Fórum e, na Comarca da Capital, ao Corregedor Geral de Justiça competente, os nomes dos escreventes e substitutos que nomearam, com as respectivas qualificações.

Art. 10. Os livros dos notários e dos registradores terão os termos de abertura e encerramento redigidos e datados pelos respectivos titulares ou seus substitutos.

Parágrafo único. Os atos notariais e de registro poderão ser escritos manualmente ou mecanicamente, permitida a utilização da informática, resguardada a segurança dos atos.

Art. 11. As licenças aos notários e oficiais de registro, para tratamento de saúde, por interesse particular ou para exercício de cargo ou função pública, inclusive eletiva, serão concedidas, nas Comarcas do Interior, pelo Juiz Diretor do Fórum e, na Comarca da Capital, pelo Corregedor Geral de Justiça competente.

Art. 12. Ficam criados, nos termos da Lei Federal nº 8.935/94, os seguintes serviços notariais e de registro:

I - de registro civil das pessoas naturais, especificados no anexo I;

II - de notas, especificados no anexo II;

III - de registro de imóveis, especificados no anexo III;

IV - de protesto de títulos, especificados no anexo IV;

V - de registro de títulos e documentos, especificados no anexo V.

§ 1º Em cada sede municipal haverá no mínimo um registrador civil das pessoas naturais e pelo menos um tabelião de notas.

§ 2º Nos Municípios de significativa extensão territorial, considerando a população, lei estadual poderá criar, em cada sede distrital, no mínimo um registrador civil das pessoas naturais.

§ 3º Não são cumuláveis os serviços notariais e de registro enumerados no art. 5º da Lei Federal nº 8.935/94, respeitando-se as situações atualmente existentes, desde que anteriores à vigência da Lei nº 8.935/94, ou por decisão do Presidente do

Tribunal de Justiça do Estado.



§ 4º Poderão, contudo, por deliberação do Tribunal de Justiça do Estado, ser acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços, não se aplicando esta exceção ao caso de tabelião de notas e oficial de registro de imóveis, cujos serviços não podem ser acumulados.

§ 5º A criação de serviços notariais e de registro levará em conta a distribuição geográfica, o aumento do contingente populacional e o da demanda dos serviços de acordo com a classificação da Comarca. O contingente populacional será estabelecido pelo índice fornecido pelo IBGE, e a coleta de dados necessários para a avaliação da demanda será feita pelo Tribunal de Justiça do Estado nos serviços de cada Comarca.

Art. 13. Aos serviços de registro de pessoas naturais da Comarca da Capital fica estendida a atribuição de realizar os processos de habilitação para casamento e de todos os atos concernentes ao casamento, nulidade ou anulação do casamento, separação judicial, restabelecimento da sociedade conjugal, divórcio, conforme estabelecido no art. 29 da Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos).

Parágrafo único. O cartório privativo de casamentos - Primeiro Distrito, Comarca da Capital, criado pela Lei Estadual nº 1.045, de 17 de outubro de 1908, além de suas atuais atribuições, deverá praticar todos os atos do registro civil de pessoas naturais.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas a Lei Estadual nº 6.350, de 13 de fevereiro de 2001, e as disposições incompatíveis com as da presente Lei.

DECRETO DO GOVERNO, 29 de junho de 2006.

SIMÃO JATENE  
Governador do Estado

ANEXO I (Registro civil das pessoas naturais)

- I. Cidade de PLACAS
- II. Cidade de ANAPU
- III. Cidade de MARITUBA
- IV. Cidade de NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
- V. Cidade de CACHOEIRA DO PIRIÁ
- VI. Cidade de PIÇARRA
- VII. Cidade de CANAÃ DOS CARAJÁS
- VIII. Cidade de BANNACH
- IX. Cidade de NOVA IPIXUNA
- X. Cidade de ELDORADO DOS CARAJÁS
- XI. Vila de MARACAJÁ, Município de Novo Repartimento
- XII. Vila de BELO MONTE, Município de Novo Repartimento
- XIII. Vila do TAPARÁ, Município de Porto de Moz
- XIV. Distrito de CASTELO DOS SONHOS, Município de Altamira
- XV. BAIRRO DA BRASÍLIA, cidade de Altamira
- XVI. Distrito de MORAES ALMEIDA, Município de Itaituba
- XVII. Distrito de MIRITITUBA, Município de Itaituba
- XVIII. PORTO TROMBETAS, Município de Oriximiná
- XIX. Vila dos CABANOS, Município de Barcarena
- XX. Distrito de ITINGA DO PARÁ, Município de D. Eliseu
- XXI. Vila do COTIJUBA, Município de Belém
- XXII. Distrito de MORADA NOVA, Município de Marabá
- XXIII. Bairro da NOVA MARABÁ, Cidade de Marabá
- XXIV. Distrito de CAMPOS VERDES, Município de Itaituba
- XXV. Cidade de QUATIPURU
- XXVI. Cidade de GARRAFÃO DO NORTE
- XXVII. Vila de ARAPIXUNA, Município de Santarém
- XXVIII. Cidade de ÁGUA AZUL DO NORTE
- XXIX. Cidade de FLORESTA DO ARAGUAIA
- XXX. Cidade de PAU D'ARCO
- XXXI. Cidade de SAPUCAIA
- XXXII. Bairro da PAZ, Cidade de Parauapebas
- XXXIII. Vila de MONTE DOURADO, Município de Almeirim
- XXXIV. Distrito de QUATRO BOCAS, Município de Tomé-Açu
- XXXV. Vila de SANTA FÉ, Município de Marabá
- XXXVI. Vila CAJAZEIRAS, Município de Itupiranga
- XXXVII. Vila CRUZEIRO DO SUL, Município de Itupiranga
- XXXVIII. Vila do GOGÓ DA ONÇA, Município de Eldorado dos Carajás

TOYATRES DE LIMA  
Coordenador Municipal de  
Regularização Fundiária  
Decreto nº 096/2021



- XXXIX. Vila de SANTANA DO RIO ITAQUI, Município de Santarém
- XL. Bairro da NOVA REPÚBLICA, Município de Santarém
- XLI. Vila SUDOESTE, Município de São Félix do Xingu
- XLII. Vila FORQUILHA, Município de Tomé-Açu
- XLIII. Vila AGROPALMA, Município de Tailândia
- XLIV. Vila BREJO DO MEIO, Município de Marabá
- XLV. Distrito de CANADÁ, Município de Água Azul do Norte
- XLVI. Cidade de PARAGOMINAS
- XLVII. Bairro da PRAINHA, Cidade de Santarém
- XLVIII. Conjunto CIDADE NOVA, Município de Ananindeua
- XLIX. Distrito de FORDLÂNDIA, Município de Aveiro
- L. Vila NAZARÉ - km 74 da Rodovia Pará-Maranhã - Município de Viseu
- LI. Cidade de BREJO GRANDE DO ARAGUAIA - Município de Brejo Grande do Araguaia
- LII. Distrito de CARLOS PENA FILHO, Município de Brasil Novo

## ANEXO II (Notas)

- I. Cidade de CURUÁ
- II. Cidade de PLACAS
- III. Cidade de ANAPU
- IV. Cidade de NOVO REPARTIMENTO
- V. Cidade de MARITUBA
- VI. Cidade de NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
- VII. Cidade de CACHOEIRA DO PIRIÁ
- VIII. Cidade de PIÇARRA
- IX. Cidade de CANAÃ DOS CARAJÁS
- X. Cidade de BANNACH
- XI. Cidade de NOVA IPIXUNA
- XII. Cidade de ELDORADO DOS CARAJÁS
- XIII. Cidade de TERRA ALTA
- XIV. Bairro da BRASÍLIA, Cidade de Altamira
- XV. Distrito de CASTELO DOS SONHOS, Município de Altamira
- XVI. Vila dos CABANOS, Município de Barcarena
- XVII. Vila da PRAIA DE MARUDÁ, Município de Marapanim
- XVIII. ITINGA DO PARÁ, Município de Dom Eliseu
- XIX. MORADA NOVA, Município de Marabá
- XX. Distrito de CARLOS PENA FILHO, Município de Brasil Novo
- XXI. Conjunto CIDADE NOVA, Município de Ananindeua
- XXII. Cidade de QUATIPURU
- XXIII. Cidade de BELTERRA
- XXIV. Distrito de MOJUÍ DOS CAMPOS, Município de Santarém
- XXV. Distrito de CAMPOS VERDES, Município de Itaituba
- XXVI. Cidade de ÁGUA AZUL DO NORTE
- XXVII. Vila de MONTE DOURADO, Município de Almeirim
- XXVIII. Distrito de QUATRO BOCAS, Município de Tomé-Açu
- XXIX. Vila de MARACAJÁ, Município de Novo Repartimento
- XXX. Vila do TAPARÁ, Município de Porto de Moz
- XXXI. Distrito de MORAES ALMEIDA, Município de Itaituba
- XXXII. Distrito de MIRITITUBA, Município de Itaituba
- XXXIII. PORTO TROMBETAS, Município de Oriximiná
- XXXIV. Vila do COTIJUBA, Município de Belém
- XXXV. Cidade de AURORA DO PARÁ
- XXXVI. Cidade de GARRAFÃO DO NORTE
- XXXVII. Vila ARAPIXUNA, Município de Santarém
- XXXVIII. Cidade de PAU D'ARCO
- XXXIX. Cidade de SAPUCAIA
- XL. Cidade de PARAGOMINAS
- XLI. Bairro da PRAINHA, Cidade de Santarém
- XLII. Bairro da PAZ, Cidade de Parauapebas
- XLIII. Cidade de BREJO GRANDE DO ARAGUAIA - Município de Brejo Grande do Araguaia

## ANEXO III (Registro de Imóveis)

- I. Município de Altamira
- II. Município de Itaituba
- III. Município de Santarém
- IV. Município de Bagre
- V. Município de São João de Pirabas
- VI. Município de Marituba
- VII. Município de Porto de Moz
- VIII. Município de Anajás

José Antônio de Almeida  
 Coordenador Municipal de  
 Regulamentação Fundiária  
 Decreto nº 056/2021



- IX. Município de Eldorado dos Carajás
- X. Município de Canaã dos Carajás
- XI. Município de Parauapebas
- XII. Município de São Geraldo do Araguaia
- XIII. Município de Trairão
- XIV. Município de Jacareacanga
- XV. Município de Placas
- XVI. Município de Anapu
- XVII. Município de Vitória do Xingu
- XVIII. Distrito de Quatro Bocas, Município de Tomé-Açu
- XIX. Distrito de Monte Dourado, Município de Almeirim
- XX. Cidade de Brejo Grande do Araguaia - Município de Brejo Grande do Araguaia

## ANEXO IV (Protesto de títulos)

- I. Município de Ananindeua - Conjunto Cidade Nova
- II. Município de São Miguel do Guamá
- III. Município de Redenção
- IV. Município de Itaituba
- V. Município de Santarém
- VI. Município de Barcarena
- VII. Município de Bagre
- VIII. Município de São João de Pirabas
- IX. Município de Marituba
- X. Município de Pacajá
- XI. Município de Brasil Novo
- XII. Município de Novo Progresso
- XIII. Município de Porto de Moz
- XIV. Município de Concórdia do Pará
- XV. Município de Eldorado dos Carajás
- XVI. Município de Canaã dos Carajás
- XVII. Município de Santana do Araguaia
- XVIII. Município de Tucumã
- XIX. Município de Ourilândia do Norte
- XX. Município de Curionópolis
- XXI. Município de São Geraldo do Araguaia
- XXII. Distrito de Quatro Bocas, Município de Tomé-Açu
- XXIII. Distrito de Monte Dourado, Município de Almeirim
- XXIV. Cidade de Brejo Grande do Araguaia - Município de Brejo Grande do Araguaia

## ANEXO V (Registro de títulos e documentos)

- I. Município de Porto de Moz
- II. Município de Marituba
- III. Município de Pacajá
- IV. Município de Brasil Novo
- V. Município de Concórdia do Pará
- VI. Município de Vitória do Xingu
- VII. Município de Bagre
- VIII. Município de São João de Pirabas
- IX. Município de Garrafão do Norte
- X. Município de Aurora do Pará
- XI. Município de Trairão
- XII. Município de Jacareacanga
- XIII. Município de Anapu
- XIV. Município de Vitória do Xingu
- XV. Município de Anajás
- XVI. Distrito de Monte Dourado, Município de Almeirim
- XVII. Distrito de Quatro Bocas, Município de Tomé-Açu
- XVIII. Cidade de Brejo Grande do Araguaia - Município de Brejo Grande do Araguaia

DOE Nº 30.714, de 30/06/2006.

JOSE ALVES DE LIMA  
Cordeador Municipal de  
Regularização Fundiária  
Decreto nº 2.114

## EXECUTIVO

### GABINETE DO GOVERNADOR

#### LEI Nº 8.471, DE 29 DE MARÇO DE 2017

ALTERA O INCISO II DO ART. 2º DA LEI Nº 6.293, DE 7 DE MAIO DE 2000.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatuí e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado os termos do inciso II do art. 2º da Lei 6.293, de 07 de maio de 2000, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º .....  
I - .....  
II - micro e pequenos produtores rurais e urbanos, inclusive cultura familiar, pescadores, catadores de caranguejo e cultores, preferencialmente, organizados em associações e cooperativas."

2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 29 de março de 2017.

**JOSÉ DA CRUZ MARINHO**

Governador do Estado em exercício

#### LEI Nº 8.472, DE 29 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE A DESACUMULAÇÃO DOS SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E REGISTROS, A CRIAÇÃO DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NO ESTADO DO PARÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatuí e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reorganizados os serviços extrajudiciais de tabelamentos e de registros no Estado do Pará, com a desacomulação de atribuições dos ofícios nos seguintes municípios, em conformidade com o disposto no anexo único, o qual é parte integrante desta Lei:

I - no Município de Altamira:  
a) no 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Altamira, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de Altamira, fica desacomulado o serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas;  
c) no 3º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais de Altamira, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas, e atribuído o serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

II - no Município de Ananindeua:  
a) no 1º Ofício de Registro de Imóveis e Tabelamento de Notas de Ananindeua, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de Notas e Registros de Ananindeua, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas;  
c) no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, Notas e Protesto de Títulos do Conjunto Cidade Nova, fica desacomulado o serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais.

III - no Município de Benevides:  
a) no Único Ofício de Benevides, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e Tabelamento de Protesto de Títulos.

IV - no Município de Bragança:  
a) no 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Bragança, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de Bragança, fica desacomulado o serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas;  
c) no 3º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais de Bragança, fica atribuído o serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

V - no Município de Castanhal:  
a) no 1º Ofício de Castanhal, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de Castanhal, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

VI - no Município de Conceição do Araguaia:  
a) no Único Ofício de Conceição do Araguaia, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e Tabelamento de Protesto de Títulos.

VII - no Município de Curionópolis:  
a) no Único Ofício de Curionópolis, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

VIII - no Município de Dom Eliseu:  
a) no Único Ofício de Dom Eliseu, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e Tabelamento de Protesto de Títulos.

IX - no Município de Itaituba:

a) no 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Itaituba, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas e atribuídos os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas;  
b) no 2º Ofício de Itaituba, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

X - no Município de Itupiranga:  
a) no Único Ofício de Itupiranga, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XI - no Município de Jacundá:  
a) no Único Ofício de Jacundá, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e Tabelamento de Protesto de Títulos.

XII - no Município de Marabá:  
a) no 1º Ofício de Registro de Imóveis e Notas de Marabá, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de Marabá, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

XIII - no Município de Novo Progresso:  
a) no Único Ofício de Novo Progresso, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XIV - no Município de Novo Repartimento:  
a) no Único Ofício de Novo Repartimento, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XV - no Município de Ourilândia do Norte:  
a) no Único Ofício de Ourilândia do Norte, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e Tabelamento de Protesto de Títulos.

XVI - no Município de Pacajá:  
a) no Único Ofício de Pacajá, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XVII - no Município de Paragominas:  
a) no Único Ofício de Paragominas, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos;  
b) no 2º Ofício de Paragominas, fica desacomulado o serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais e atribuído o serviço de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XVIII - no Município de Parauapebas:  
a) no 1º Ofício de Parauapebas, ficam desacomulados os serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas e de Tabelamento de Notas.

XIX - no Município de Redenção:  
a) no 1º Ofício de Redenção, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de Tabelamento de Protesto de Redenção, fica atribuído o serviço de Tabelamento de Notas.

XX - no Município de Rio Maria:  
a) no Único Ofício de Rio Maria, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XXI - no Município de Rondon do Pará:  
a) no Único Ofício de Rondon do Pará, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XXII - no Município de Santarém:  
a) no 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Santarém, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de Santarém, ficam desacomulados os serviços de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas e de Tabelamento de Notas;  
c) no 3º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais de Santarém, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas e atribuído o serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

XXIII - no Município de São Félix do Xingu:  
a) no Único Ofício de São Félix do Xingu, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XXIV - no Município de São Miguel do Guamá:  
a) no 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de São Miguel do Guamá, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas;  
b) no 2º Ofício de São Miguel do Guamá, fica atribuído o serviço de Tabelamento de Notas.

XXV - no Município de Tailândia:  
a) no Único Ofício de Tailândia, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XXVI - no Município de Tucumã:  
a) no Único Ofício de Tucumã, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XXVII - no Município de Tucuruí:  
a) no 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Tucuruí, fica desacomulado o serviço de Tabelamento de Notas e atribuído o serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais;  
b) no 2º Ofício de Tucuruí, fica desacomulado o serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais.

XXVIII - no Município de Uruará:  
a) no Único Ofício de Uruará, ficam desacomulados os serviços

de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

XXIX - no Município de Xinguara:

a) no Único Ofício de Xinguara, ficam desacomulados os serviços de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos.

Art. 2º Ficam criadas novas serventias extrajudiciais nos municípios a seguir especificados, sendo-lhes atribuídos os serviços, conforme estabelecido no Anexo Único desta Lei:

I - no Município de Altamira:

a) no 2º Ofício de Tabelamento de Notas de Altamira.

II - no Município de Ananindeua:

a) 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Ananindeua.

III - no Município de Benevides:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Benevides.

IV - no Município de Castanhal:

a) 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas e 2º Tabelamento de Notas de Castanhal.

V - no Município de Conceição do Araguaia:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Conceição do Araguaia.

VI - no Município de Curionópolis:

a) 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Curionópolis.

VII - no Município de Dom Eliseu:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Dom Eliseu.

VIII - no Município de Itupiranga:

a) 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Itupiranga.

IX - no Município de Jacundá:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Jacundá.

X - no Município de Marabá:

a) 1º Ofício de Notas de Marabá;  
b) 2º Ofício de Notas de Marabá;

c) 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Marabá.

XI - no Município de Novo Progresso:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Novo Progresso.

XII - no Município de Novo Repartimento:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Novo Repartimento.

XIII - no Município de Ourilândia do Norte:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Ourilândia do Norte.

XIV - no Município de Pacajá:

a) 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Pacajá.

XV - no Município de Parauapebas:

a) 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Parauapebas;

b) 1º Ofício de Tabelamento de Notas de Parauapebas.

XVI - no Município de Rio Maria:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Rio Maria.

XVII - no Município de Rondon do Pará:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Rondon do Pará.

XVIII - no Município de Santarém:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas de Santarém;  
b) 2º Ofício de Tabelamento de Notas de Santarém.

XIX - no Município de São Félix do Xingu:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de São Félix do Xingu.

XX - no Município de Tailândia:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Tailândia.

XXI - no Município de Tucumã:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Tucumã.

XXII - no Município de Uruará:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Uruará.

XXIII - no Município de Xinguara:

a) 1º Ofício de Tabelamento de Notas e de Tabelamento de Protesto de Títulos de Xinguara.

Art. 3º As desacomulações de serviços estabelecidas na presente Lei somente se efetivarão após a vacância de titularidade dos respectivos serviços notariais e registrais.

Art. 4º A cumulação dos serviços notariais e de registros vigentes até a edição da presente Lei subsistirá até que o serviço extrajudicial delegado seja efetivamente instalado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 29 de março de 2017.

**JOSÉ DA CRUZ MARINHO**

Governador do Estado em exercício

Stamp: JOSÉ DA CRUZ MARINHO, Governador do Estado em exercício, Regulamentação Funcional, Decreto nº 196/2011.



ANEXO ÚNICO

SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
ALTAMIRA	1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Altamira CNS: 06.651-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Altamira CNS: 06.651-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de Altamira CNS 06.569-8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Altamira CNS: 06.569-8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
	3º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais de Altamira CNS: 06.856-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Altamira CNS: 06.856-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> </ul>
			Criação	2º Ofício de Tabelonatos de Notas de Altamira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>
ANANINDEUA	1º Ofício de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas de Ananindeua CNS: 06.559-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Ananindeua CNS: 06.559-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de Notas e Registros de Ananindeua CNS: 06.562-3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Ananindeua CNS: 06.562-3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
	Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Notas e Protesto de Títulos do Conjunto Cidade Nova CNS: 13.930-3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	2º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Ananindeua CNS: 13.930-3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais e de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Ananindeua	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> </ul>
BENEVIDES	Único Ofício de Benevides CNS: 06.789-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Benevides CNS: 06.789-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Benevides	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
BRAGANÇA	1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Bragança CNS: 06.577-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Bragança CNS: 06.577-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de Bragança CNS: 13.054-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Bragança CNS: 13.054-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
	3º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais de Bragança CNS: 06.684-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e Tabelionato de Notas de Bragança CNS: 06.684-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>
CASTANHAL	1º Ofício de Castanhall CNS: 06.578-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Castanhall CNS: 06.578-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de Castanhall CNS: 06.769-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Castanhall CNS: 06.769-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e 2º Tabelionato de Notas de Castanhall.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	Único Ofício de Conceição do Araguaia CNS: 06.849-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Conceição do Araguaia CNS: 06.849-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>



SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
			Criação	1º Ofício de Tabelamentos de Notas e de Protesto de Títulos de Conceição do Araguaia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> </ul>
<b>CURIONÓPOLIS</b>	Único Ofício de Curionópolis CNS: 06.708-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Curionópolis CNS: 06.708-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, de Tabelamentos de Notas e de Protesto de Títulos de Curionópolis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> </ul>
<b>ELISEU</b>	Único Ofício de Dom Eliseu CNS: 06.854-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Dom Eliseu CNS: 06.854-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelamentos de Notas e de Protesto de Títulos de Dom Eliseu	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> </ul>
<b>ITAITUBA</b>	1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Itaituba CNS: 06.666-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Itaituba CNS: 06.666-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>
			Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelamentos de Notas e de Protesto de Títulos de Itaituba CNS: 06.677-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> </ul>
<b>ITUPIRANGA</b>	Único Ofício de Itupiranga CNS: 06.590-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Itupiranga CNS: 06.590-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, de Tabelamentos de Notas e de Protesto de Títulos de Itupiranga	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> </ul>
SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
<b>JACUNDÁ</b>	Único Ofício de Jacundá CNS: 06.811-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Jacundá CNS: 06.811-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelamentos de Notas e de Protesto de Títulos de Jacundá	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tabelamento de Notas</li> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> </ul>
<b>MARABÁ</b>	1º Ofício de Registro de Imóveis e Notas de Marabá CNS: 12.963-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro de Imóveis</li> <li>Tabelamento de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Marabá CNS: 12.963-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro de Imóveis</li> </ul>
			Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelamento de Protesto de Títulos de Marabá CNS: 06.568-0	<ul style="list-style-type: none"> <li>Tabelamento de Protesto de Títulos</li> </ul>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

João Afonso de Lima  
Coordenador Municipal de  
Regularização Fundiária  
Decreto nº 096/2021





SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
					<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelionato de Notas de Parauapebas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>
REDEÇÃO	1º Ofício de Redenção CNS: 06.733-0	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Redenção CNS: 06.733-0	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de Tabelionato de Protesto de Redenção CNS: 14.330-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Redenção CNS: 14.330-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
RIARIA	Único Ofício de Rio Maria CNS: 06.734-8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Rio Maria CNS: 06.734-8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Rio Maria	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
RONDON DO PARÁ	Único Ofício de Rondon do Pará CNS: 06.735-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Rondon do Pará CNS: 06.735-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Rondon do Pará CNS: 06.735-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
SANTARÉM	1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Santarém CNS: 06.784-3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de Santarém CNS: 06.784-3	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de Santarém CNS: 06.858-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelionato de Protesto de Títulos de Santarém CNS: 06.858-5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
	3º Ofício de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais de Santarém CNS: 06.564-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Santarém CNS: 06.564-9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelionato de Notas de Santarém	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>
			Criação	2º Ofício de Tabelionato de Notas de Santarém	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> </ul>
SÃO FÉLIX DO XINGU	Único Ofício de São Félix do Xingu CNS: 06.738-8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de São Félix do Xingu CNS: 06.738-8	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de São Félix do Xingu	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>

João Alves de Lima  
 Coordenador Municipal de  
 Regularização Fundiária  
 Decreto nº 096/2021



SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de São Miguel do Guamá CNS: 06.652-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Guamá CNS: 06.652-2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de São Miguel do Guamá CNS: 06.676-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Tabelonatos de Notas e Protesto de Títulos de São Miguel do Guamá CNS: 06.676-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
TAILÂNDIA	Único Ofício de Tailândia CNS: 06.851-0	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Tailândia CNS: 06.851-0	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Tailândia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
TUCUMÃ	Único Ofício de Tucumã CNS: 06.752-0	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Tucumã CNS: 06.752-0	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Tucumã	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
TUCURUI	1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Tucuruí CNS: 06.560-7	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Tucuruí CNS: 06.560-7	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
	2º Ofício de Tucuruí CNS: 06.855-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Tucuruí CNS: 06.855-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
SITUAÇÃO ATÉ A EDIÇÃO DA LEI			SITUAÇÃO FINAL APÓS A VIGÊNCIA DA LEI		
Município	Cartório	Serviços	Providência	Cartório passa a denominar-se:	Serviços
URUARÁ	Único Ofício de Uruará CNS: 06.811-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Uruará CNS: 06.811-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Uruará	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>
XINGUARA	Único Ofício de Xinguara CNS: 06.745-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>	Reorganização de Serviços	1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas e de Registro de Imóveis de Xinguara CNS: 06.745-4	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registro Civil de Pessoas Naturais</li> <li>• Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas</li> <li>• Registro de Imóveis</li> </ul>
			Criação	1º Ofício de Tabelonatos de Notas e de Protesto de Títulos de Xinguara	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tabelionato de Notas</li> <li>• Tabelionato de Protesto de Títulos</li> </ul>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR



PORTARIA CONJUNTA Nº 014/2018-CJRMB/CJCI

O Desembargador **José Maria Teixeira do Rosário**, Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém, e a Desembargadora **Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha**, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, no uso de suas atribuições legais, etc.

**CONSIDERANDO** o Concurso Público para Outorga de Serventias Vagas de Serviços Notariais e Registros do Estado do Pará – Edital 01/2015, publicado no Diário de Justiça eletrônico Edição nº 5821/2015, de 17/09/2015, homologado pela Portaria nº 1233/2018-GP, publicada no Diário de Justiça eletrônico Edição nº 6396/2018, de 03/04/2018;

**CONSIDERANDO** a Audiência Pública de Escolha realizada nos dias 12 e 13 de abril de 2018, nos termos do Ato de Convocação publicado no Diário de Justiça eletrônico Edição nº 5821/2015, de 17/09/2015;

**CONSIDERANDO** o Ato de Outorga publicado no Diário de Justiça eletrônico Edição nº 6433/2018, de 28/05/2018, e Portaria nº 3395/2018-GP, datada de 19/07/18, publicada no Diário de Justiça Eletrônico Edição nº 6469, em 23/07/2018;

**CONSIDERANDO** a competência destas Corregedorias de Justiça constante no art. 28 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registros do Estado do Pará – 2015;

**RESOLVEM:**

**INVESTIR** o(a) senhor(a) **ANDRÉ WILLIAMS FORMIGA DA SILVA**, em conformidade com o §3º do art. 236 da CF/88, no Cargo de Titular da Serventia Extrajudicial do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Parauapebas, Comarca de Parauapebas, CNS: 06.681-1, para realizar o serviço de RI, em virtude de aprovação no Concurso Público Edital 01/2015.

Publique-se, registre-se. Cumpra-se.

Belém, 26 de julho de 2018.

**Des. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO**  
Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém

**Desa. VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA**  
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior

RCPN - Registro Civil de Pessoas Naturais; IT - Interdições e Tutelas; RCPJ - Registro Civil de Pessoas Jurídicas; RI - Registro de Imóveis; RTD - Registro de Títulos e Documentos; TN - Tabelionato de Notas; TPT - Tabelionato de Protesto de Títulos; RCM - Registro de Contratos Marítimos

*Handwritten signature*  
José A. Alves da Lima  
Corregedor Municipal de  
Regularização Fundiária  
Decreto nº 093/2021